

# Comissão Constituinte tem 30 juristas

O ministro Fernando Lyra, da Justiça, divulgou ontem — após sucessivos adiamentos — os 50 nomes que compõem a comissão de Estudos Constitucionais. Depois de lamentar os que não tiveram oportunidade de integrar a comissão, ressaltou que o destinatário do trabalho do grupo será o presidente José Sarney, que o encaminhará à sociedade para debate.

Lyra disse que de forma nenhuma o trabalho da comissão irá interferir no trabalho dos constituintes, pois o que resultar desses estudos servirá como subsídio para aqueles que farão a nova Constituição.

Dos 50 integrantes da comissão, 30 são juristas, advogados, criminalistas, professores de Direito. Para Fernando Lyra, o grupo é representativo da sociedade. Os restantes 40% da comissão são formados por um médico, empresários, economistas, escritor, historiador, um padre e um representante da Igreja Protestante. A advogada Floriza Verucci e Rosa Russomano representam as mulheres, enquanto José Francisco da Silva — presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — é o único ligado a entidades da classe.

Os 50 nomes foram escolhidos por Lyra e pelo presidente José Sarney. Da lista preparada por Tancredo Neves, que continha 33 nomes, 21 estão na comissão. Além do senador Fernando Henrique Cardoso e de Victor Nunes Leal (que morreu), ficaram fora o general Octávio Costa, o sindicalista João Paulo Pires de Vasconcelos, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Xavier de Albuquerque, Daimo Dallari e Laerte Vieira. Também não foi aproveitada

da lista de Tancredo Neves a vereadora pelo PT do Rio de Janeiro, Benedita da Silva.

Fernando Lyra preferiu dizer que esses não ficaram de fora, "apenas não entraram na lista definitiva". Ele não deu maiores explicações sobre os critérios de escolha, afirmando apenas que "não foi fácil, diante de tantas pessoas em condições". A comissão será instalada na próxima semana, no Ministério da Justiça, com a presença do presidente da República.

O Diário Oficial da União vai circular hoje com os nomes que compõem a comissão. Lyra considera que assim estará cumprido o decreto do presidente José Sarney, assinado em 18 de julho, fixando a data de 20 de agosto para instalação da comissão.

O ministro explicou que a comissão vai contar com subgrupos e terá quatro reuniões plenárias, em seus dez meses de atuação: uma em Brasília, outra no Rio de Janeiro, outra em São Paulo e a última no Nordeste (provavelmente em Recife, como pretende o ministro da Justiça). As minorias, como negros e índios, não representadas na comissão, serão tratadas nesses subgrupos.

Lyra vai entrar ainda hoje em contato com o presidente da comissão, Afonso Arinos, para acertar os detalhes de seu funcionamento.

Houve momentos em que a demora na divulgação dessa lista foi considerada um enfraquecimento do ministro Fernando Lyra, que nos primeiros dias de julho chegou a convocar a imprensa para anunciar a composição da comissão, mas depois de três horas esperando o sinal verde do Palácio do Planalto terminou adiando a divulgação.



## Seabra Fagundes pode desistir da indicação

AGÊNCIA ESTADO

Um dos juristas nomeados pelo presidente José Sarney para a Comissão Constitucional, Miguel Seabra Fagundes, admitiu ontem no Rio que poderá não assumir as funções de membro da comissão, apesar de não concordar com a Ordem dos Advogados do Brasil de que ela é "um absurdo". Seabra Fagundes é membro do Conselho Federal da Ordem. "Fui surpreendido, estou, confesso, perplexo ao saber que fui nomeado, porque não recebi qualquer convite", disse o jurista, ditando, em seguida, algumas declarações sobre a sua posição diante da comissão, e ainda sobre a sua intenção de não participar dela.

"Tenho ciência de que a OAB, em sessão do Conselho Federal a qual não estive presente, manifestou-se contrariamente à instituição desse grupo destinado a elaborar um anteprojeto a ser enviado pelo governo ao Congresso Constituinte".

"Pessoalmente, não entendo ilegítimo como contribuição do Poder Executivo o envio de subsídios ao futuro Congresso Constituinte, mas com pensar assim não adianto que me engajaria nessa tarefa."

O jurista disse que foi nomeado para a comissão à sua revelia, e

por isso, decide agora estudar o problema, de acordo com uma avaliação que fará da sua presença. A princípio, ele demonstrou a intenção de não participar da comissão.

E o jurista Evaristo de Moraes Filho disse que a comissão constitucional, da qual fará parte, "não vai substituir a Constituinte, e a denominação de 'notáveis', utilizada por alguns para denominar os seus membros, é empregada em tom pejorativo, como um deboche".

"A comissão é pré-Constituinte, não delibera, sugere; e falando sem demagogia, na verdade o povo não vai fazer a nova Constituição, mas sim seus representantes. A comissão, por sua vez, fará sugestões", acrescentou o advogado.

Ele deu ênfase à importância de haver muito cuidado com a eleição dos constituintes de 1987. "O importante é não haver sectarismo e ser garantida a participação das mais diversas correntes ideológicas da sociedade brasileira na Constituinte".

Evaristo de Moraes Filho afirmou, ainda, que "é preciso que o eleitor de 1988, que vai eleger os constituintes, tenha a consciência de que ao votar estará decidindo o seu futuro, a sua vida e a vida dos seus filhos e netos".

O advogado Cláudio Lacombe, um dos 50 da lista da Comissão Constitucional, afirmou em Brasília que "a Nova República não teria sentido se não viesse acompanhada de um novo pacto com a sociedade brasileira". O advogado disse que recebeu com surpresa sua indicação para a comissão e comentou que sua contribuição é a do advogado militante com 30 anos de experiência.

Lacombe considera a Constituinte "politicamente indispensável para reconciliar o País consigo mesmo". E ressaltou que para ele é uma honra participar de uma comissão integrada por juristas e cidadãos dos mais qualificados.

Célio Borja, o assessor especial do presidente da República, afirmou: "Eu vejo a futura Constituição do Brasil como um passo adiante na civilização do País e como um instrumento de organização da liberdade, não como um ditado da autoridade".



Seabra Fagundes, Arquivo

## "Bem representativa"

Satisfeito por integrar a comissão preparatória, o advogado Miguel Reale Júnior, ex-secretário da Segurança Pública do Estado e um dos autores do novo Código Penal, não esconde a intenção de se candidatar à futura Assembleia Nacional Constituinte. "Os trabalhos serão encerrados dez meses antes da eleição e haverá prazo suficiente para que haja ampla discussão de todos os assuntos. Os candidatos também terão tempo para escolher e apresentar os temas que consideram fundamentais e a população terá condições de optar por aqueles que se mostrarem favoráveis à implantação da democracia social em nosso país."

Por ser heterogênea, Reale Júnior considera a comissão "bastante representativa da sociedade civil". O advogado, que não acredita em "Constituição sintética", considera que "os canais de participação popular nos centros de decisão política serão um dos temas exaustivamente debatidos". Outros problemas que deverão ser analisados "com o maior detalhamento possível" serão a questão sanitária, o pagamento de tributos, a descrição de rendas, os direitos da pessoa e a constituição dos partidos políticos.

Segundo o advogado, a comissão preparatória deverá dar ao esboço de Constituição "tratamento jurídico adequado" a todos os temas, para facilitar o trabalho da Assembleia Nacional. "Porém, a comissão não irá impor sua vontade. Deverá ser o mais aberta possível, para receber as críticas e sugestões de toda a sociedade brasileira", disse Reale Júnior. Por isso, Reale Júnior defende a participação na comissão de pessoas que manifestam posições políticas

no plano político. Entre elas, ele inclui o próprio pai, Miguel Reale, que atualmente participa de um congresso de advogados na Grécia. "Uma das funções da comissão será elaborar seu próprio regimento interior", diz Reale Júnior, lembrando que "aqueles que politicamente forem voto vencido poderão fazer a declaração em separado e suas opiniões serão analisadas pela Assembleia Constituinte".

VIDIGAL

Declarando-se surpreso com a nomeação do presidente José Sarney para participar na comissão que irá elaborar o anteprojeto da Constituinte, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, disse ontem não ter um programa específico para apresentar. "Pretendo levar sugestões claras quanto ao capítulo da ordem econômica, que diz respeito mais diretamente às classes produtoras e aos empresários."

Um dos pontos que pretende apresentar é sobre desestatização, não com uma regra para desestatizar, mas, sim, de controlar a ação do Estado empresário, que hoje não existe na Constituição. "Ela é omissa quanto a isso. Todas as regras se referem ao setor privado, como dumping, cartel e monopólio. Mas o Estado empresário é ignorado." Vidigal acha que tem muita contribuição a dar com sua participação na comissão. "Eu pessoalmente pouco poderia dar, se não fosse o suporte da federação, através do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos", que já vem elaborando estudos para servir de subsídios à comissão.

## "Um caráter revolucionário"

BELO HORIZONTE  
AGÊNCIA ESTADO

"A Assembleia Nacional Constituinte possui um caráter revolucionário, pois dará uma nova estrutura social para o Brasil." A opinião é do jurista mineiro Edgard da Mata-Machado, informado ontem pelo Estado de



que o presidente José Sarney confirmou seu nome como participante da comissão pré-Constituinte. Ex-deputado pela antiga UDN, professor catedrático da UFMG, cassado pela Revolução em 1969 e com um filho — José Carlos Mata-Machado — morto pela repressão política, ele acha importante desencadear, desde logo, um movimento popular intenso pela Constituinte.

"É fundamental — afirmou — que os representantes de camadas alijadas pelo autoritarismo nos últimos 21 anos tenham uma participação efetiva na Assembleia Nacional Constituinte." Edgard da Mata-Machado cita, entre estes grupos, as mulheres, os negros e os índios, mas principalmente as comunidades eclesiais de base. Sem esta participação, acredita, "é praticamente impossível fazer uma Constituição que responda às necessidades e ao futuro do País".

Ele não acha difícil mobilizar a população brasileira em torno da Constituinte. "Depois que a abertura política foi iniciada pelo presidente Geisel, com a suspensão de censura prévia ao jornal O Estado de S. Paulo, o povo brasileiro embarcou na campanha das 'diretas-já' e na vitória de Tancredo Neves no colégio eleitoral, de uma forma nunca vista anteriormente no País. O povo mobiliza-se facilmente no momento em que

sabe que através da Constituinte estará decidindo o seu futuro", acrescentou.

Amigo e conselheiro de Tancredo Neves, Edgard da Mata-Machado já estava da lista original deixada pelo ex-presidente eleito. Apesar de jurista, ele assinalou que não dará apenas uma contribuição técnica ao trabalho da comissão, mas está preocupado também com seu conteúdo. Pela experiência das palestras das quais participa em todo o País, a Constituinte "já está na boca do povo".

A indicação de outro mineiro amigo de Tancredo, o oftalmologista Hilton Rocha, foi considerada em Belo Horizonte a escolha de um nome de consenso entre a classe médica do País, por sua liderança entre os colegas de profissão. Aos 74 anos, nascido em Cambuquira, Sul de Minas, Hilton Rocha foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Medicina e da Associação Médica de Minas Gerais.

Ele se formou há 52 anos na UFMG e, em 1975, fundou o Instituto Hilton Rocha, de tratamento oftalmológico, uma das mais respeitadas instituições da especialidade no País. Com centenas de trabalhos publicados, Hilton Rocha, segundo seus amigos, tinha um relacionamento excelente com Tancredo, motivo pelo qual o presidente eleito o incluiu na lista de integrantes da comissão pré-Constituinte, na qual foi mantido por Sarney.

Já o consultor-geral da República, ex-senador e jurista Paulo Brossard, não quis comentar ontem à noite sua inclusão entre os 50 nomes do grupo que preparará a Constituinte. "É um direito que me assiste", limitou-se a comentar. Brossard admitiu que talvez fale hoje sobre o assunto. O mais certo, porém, é que o jurista gaúcho se venha a comentar a instalação da comissão após receber o comunicado oficial de que a integra, o que, segundo ele, até ontem à noite não havia acontecido.

### Os escolhidos

Esta é a lista de membros da Comissão de Estudos Constitucionais: Afonso Arinos de Melo Franco, Alberto Venâncio Filho, Antônio Ermírio de Moraes, Barbosa Lima Sobrinho, Bolívar Lamounier, Cândido Antônio Mendes de Almeida, Célio de Oliveira Borja, Celso Furtado, Cláudio Lacombe, Cláudio Pacheco, Clóvis Ferro Costa, Cristóvam Ricardo Cavalcanti Buarque, Edgar de Godoy da Mata Machado, Eduardo Mattos Portella, Evaristo de Moraes Filho, Fábio Konder Comparato, Fajardo José Pereira Faria, padre Fernando Bastos D'Ávila, Floriza Verucci, Gilberto de Ulhoa Canto, Hélio Jaguaribe, Hilton Ribeiro da Rocha, Josaphat Ramos Marinho, João Pedro Gouveia Vieira, Joaquim Arruda Falcão Neto, José Afonso da Silva, José Alberto Assunção, José Francisco da Silva, José Meira, José Saulo Ramos, José Paulo Sepúlveda Pertence, reverendo José Ferreira Cunha, Jorge Amado, Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, Luis Pinto Ferreira, Mário de Souza Martins, Mauro Santayana, Miguel Reale, Miguel Reale Júnior, Miguel Seabra Fagundes, Ney Prado, Odilon Ribeiro Coutinho, Orlando M. de Carvalho, Paulo Bonavides, Paulo Brossard de Souza Pinto, Raphael de Almeida Magalhães, Raul Machado Horta, Rosá Russomano, Sérgio Franklin Quintella e Walter Barelli.

### "Um momento de conciliação"

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A comissão divulgada ontem pelo ministro Fernando Lyra representa um "centro de gravidade do pensamento político brasileiro". Isso, segundo o seu secretário executivo, jornalista Mauro Santayana, também citado na lista de Tancredo Neves. Ele acha que os componentes da comissão são homens que têm uma visão de que a Nação passa por um momento de unidade e conciliação.

A escolha dos integrantes da comissão, de acordo com Mauro Santayana, sempre foi uma prerrogativa do presidente da República, que o fez a partir de sua visão política e oportunidade.

Já o chefe de gabinete do ministro Fernando Lyra, Joaquim Arruda Falcão Neto, que também integra a comissão, defendeu ontem que o grupo deverá primeiro ouvir a sociedade, ao mesmo tempo em que atuará como uma comissão de estudos, que poderá fazer análise histórica das diversas Constituições brasileiras assim como analisar experiência de democratização de outros países.

Fazendo questão de ressaltar o discurso que o presidente Tancredo Neves não chegou a ler, quando disse que a prioridade da Nova República seria a redefinição, a transformação institucional do País, Joaquim Falcão afirmou que a função da Constituinte e da comissão é de ajudar a concretizar a reforma institucional do País, reformular as instituições e pensar no Brasil a longo prazo.

De acordo com Joaquim Falcão, depois de estar em funcionamento, a comissão vai deliberar sobre a forma de encaminhar o seu trabalho, decidindo, por exemplo, se apresenta suas conclusões como um anteprojeto.

### restaurant tartuffe

rua oscar freire 1128  
tel. 853-0271

abre também para almoço a partir de hoje.

## Planalto não aceita ampliar inelegibilidade

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O governo rejeita qualquer proposta de ampliação do prazo para desincompatibilização dos titulares do primeiro e segundo escalões candidatos à Constituinte. Todas as iniciativas com esta finalidade serão vistas como decorrentes de interesse pessoal, na intenção de reduzir a concorrência nas eleições do próximo ano.

A advertência partiu de alta fonte do Palácio do Planalto, traduzindo o pensamento do presidente Sarney, para quem a ampliação, de seis meses para um ano, do prazo de desincompatibilização de ministros, secretários de Estado, diretores de órgãos públicos e fundações "implicará retrocesso político, com prejuízo para o próprio Congresso". O assessor do Presidente argumenta que seis meses são suficientes para impedir o uso da máquina administrativa nas eleições.

Ele vê na medida anunciada, entre outros, pelo deputado Alberício Cordero — que pretende apresentar emenda fixando em 31 de dezembro próximo a data de desincompatibilização de ministros e titulares do primeiro e segundo escalões —, como "um empecilho à valorização dos parlamentares". Argumenta que, em qualquer governo civil, é normal o Presidente escolher seus colaboradores mais próximos entre os políticos. É também interesse do Congresso funcionar como um "viveiro" pronto a fornecer nomes para cargos de peso. A partir do momento em que aumentem as dificuldades para o político em cargo executivo voltar a se eleger, é natural que ele relute em aceitar qualquer compromisso para assessorar diretamente o presidente.

## Nova frente de apoio é dispensada

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O governador Franco Montoro chegou, ontem, para a audiência com o presidente José Sarney previamente informado de que, no momento, o governo agradece mas dispensa a convocação de uma nova frente de governadores, para demonstrar que apoiam e respaldam os atos presidenciais.

Primeiro, porque a colaboração dos governadores vem sendo contínua, dispensando demonstrações ostensivas; segundo, porque há consenso entre os auxiliares do presidente Sarney de que os aplausos dirigidos ao governador de São Paulo, no dia 22 de julho, quando da primeira frente de governadores esteve em Brasília, poderiam motivá-lo a repetir a dose. Neste caso — de acordo com um assessor bem próximo do presidente Sarney — ganharia mais uma vez Franco Montoro, ansioso por ver seu nome crescer em todo o País, como futuro postulante à Presidência da República. Perderia o governo, por transmitir uma imagem de fragilidade, cujo programa de ação estaria na dependência do respaldo vindo dos Estados.

A posição dos assessores de Sarney não é nova, mas foi reforçada com o recente anúncio de que Franco Montoro estaria ensaiando uma nova convocação aos governadores. Desta vez, com o objetivo de assegurar e sustentar as medidas que o governo vier a adotar no combate à inflação.

## Associação apresenta sua proposta

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O governador Franco Montoro chegou, ontem, para a audiência com o presidente José Sarney previamente informado de que, no momento, o governo agradece mas dispensa a convocação de uma nova frente de governadores, para demonstrar que apoiam e respaldam os atos presidenciais.

Primeiro, porque a colaboração dos governadores vem sendo contínua, dispensando demonstrações ostensivas; segundo, porque há consenso entre os auxiliares do presidente Sarney de que os aplausos dirigidos ao governador de São Paulo, no dia 22 de julho, quando da primeira frente de governadores esteve em Brasília, poderiam motivá-lo a repetir a dose. Neste caso — de acordo com um assessor bem próximo do presidente Sarney — ganharia mais uma vez Franco Montoro, ansioso por ver seu nome crescer em todo o País, como futuro postulante à Presidência da República. Perderia o governo, por transmitir uma imagem de fragilidade, cujo programa de ação estaria na dependência do respaldo vindo dos Estados.

A posição dos assessores de Sarney não é nova, mas foi reforçada com o recente anúncio de que Franco Montoro estaria ensaiando uma nova convocação aos governadores. Desta vez, com o objetivo de assegurar e sustentar as medidas que o governo vier a adotar no combate à inflação.

O ministro Almir Pazzianotto, do Trabalho, por sua vez abrirá, amanhã, na Câmara Municipal de Santo André, às 19h30, o Seminário sobre a Constituinte, que terá reuniões nas próximas cinco quartas-feiras.